

# CCJ aprova proposta que criminaliza injúria por questões de gênero e orientação sexual

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, nesta quarta-feira (28), proposta que torna crime a injúria praticada por questões de gênero e de orientação sexual. O projeto (PLS 291/2015) é da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e seguirá para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para que seja votado pelo Plenário do Senado.

[\(Senado Notícias, 28/02/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Atualmente, o Código Penal pune o ato de injuriar alguém, com ofensas à dignidade ou ao decoro da vítima, com detenção de um a seis meses ou multa. O PLS 291/2015 altera o dispositivo que estabelece como agravante desse crime o uso de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou condição de pessoa idosa ou com deficiência, acrescentando a questão de gênero entre esses agravantes. Emenda da relatora, senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), inclui ainda a orientação sexual ou a identidade de gênero. Em todos esses casos, a pena é de um a três anos de reclusão mais multa.

Ao justificar a proposta, Gleisi explicou a necessidade de inserção da questão de gênero no rol de agravantes por ver como inadmissíveis atos que desqualifiquem ou desprezem um gênero em detrimento de outro. “Sobretudo porque o tratamento igualitário de homens e mulheres é uma das bases de qualquer Estado Democrático de Direito”, frisou.

Já a relatora defendeu a inclusão de orientação sexual e identidade de gênero graças ao incremento do discurso do ódio e das atitudes e ações contra pessoas que se identificam com o grupo LGBT verificados nos últimos anos no Brasil. Some-se a isso, destacou ainda, a demora do Congresso Nacional em aprovar legislação que reprima de forma contundente tal conduta a minorias que precisam ver seus direitos constitucionais assegurados.

“Espera-se desestimular a prática desse delito que gera grande indignação e

se constitui numa verdadeira violência moral, que atinge em cheio sua autoestima e se constitui numa violência verbalizada, tão grave e lamentável, pois resulta na nulificação psicológica dos ofendidos e, muitas vezes, no prenúncio da violência física, com graves agressões, quando não a morte das vítimas”, disse Marta.

---

## **Violência relacionada a identidade de gênero e orientação sexual faz alunos abandonarem escola**

Quando tinha 9 anos, Junior Philip só andava com meninas na escola. Um colega o perseguia, dizendo que ele deveria ter “postura de homem” e, um dia, o empurrou contra a quina da mesa da professora.



Aos 9 anos de idade Junior Philip foi arremessado por um colega contra a quina da mesa da professora - **Fernando Lemos / Agência O Globo**

Quando tinha 9 anos, Junior Philip só andava com meninas na escola. Um colega o perseguia, dizendo que ele deveria ter “postura de homem” e, um dia, o empurrou contra a quina da mesa da professora. Junior, inconsciente, precisou ser levado às pressas para o pronto-socorro. Até hoje, tem uma cicatriz. No fim do ensino fundamental, ele se mudou para uma cidade no interior do Espírito Santo, continuou sendo alvo de bullying, e voltou para o Rio depois de meses. Aqui, para que ninguém o ofendesse por ser homossexual, chegou a namorar uma menina, mas o relacionamento durou pouco. O preconceito contra alunos LGBT é comum nas instituições de ensino, por vezes praticado até com a conivência do corpo docente.

[\(O Globo, 31/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

— Eu muitas vezes era ofendido na frente dos professores, mas eles não falavam nada. Um deles chegou a dizer para meu amigo, também gay, que ele deveria honrar o que tinha entre as pernas — lembra Junior, que largou os estudos no 2º ano do ensino médio para trabalhar e hoje, aos 31 anos, cursa o 3º ano e pretende estudar Moda. — Meus colegas evangélicos falavam que eu ia arder no inferno. Passei a adolescência fugindo dos outros.

## **TEMA VOLTARÁ PARA BASE CURRICULAR**

Em abril, o Ministério da Educação (MEC) suprimiu do texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino fundamental os termos “identidade de gênero” e “orientação sexual” antes de entregá-lo ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Mas a temática de gênero voltará para a Base, de acordo com o vice-presidente da Câmara de Educação Básica do CNE e relator da Comissão de Direitos Humanos, Orientação sexual, identidade de gênero e nome social do órgão, Ivan Siqueira. Segundo ele, o CNE também enviará ao MEC até julho um parecer sobre a regulamentação do uso do nome social por pessoas trans em escolas de educação básica de todo país.

— A Comissão está discutindo uma política nacional que contemple o tema da sexualidade. E isso vai entrar na discussão da Base Nacional. No meu ponto de vista, o parecer sobre o nome social sinaliza na direção de incorporar

esses termos na Base. O debate sobre a questão de gênero já está acontecendo, resta saber como isso vai figurar no documento, mas com certeza vai aparecer — afirma Siqueira. — Há dados que mostram que jovens abandonam a escola por esse preconceito, muitos cometem suicídio. É um problema real. Não é algo que possamos ignorar. É trabalho do conselho fazer normas que façam com que a educação do país melhore. Ignorar essa situação seria um desserviço para o país e descumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Como considerar que todos são iguais se estamos ignorando que essas pessoas estão sofrendo?

O sofrimento levou Johi Farias, homem trans, a largar os estudos no último ano do ensino médio e não voltar mais. Morador de Jardim Gramacho, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, Johi sempre estudou em escolas públicas e os anos de discriminação culminaram na evasão quando o preconceito partiu de uma de suas amigas.

— Uma das meninas da turma se aproximou de mim e ficamos amigos. Estávamos em ano de formatura e as meninas ficavam falando sobre vestido para ir à festa, até que minha amiga começou a dizer que eu tinha que usar vestido, ficar com meninos. Eu fiquei tão cheio que eu fui até a direção e disse que queria sair da escola. Nessa época eu estava em depressão, porque eu não estava entendendo o que eu era — conta Farias. — Cheguei a voltar a estudar no ano seguinte, em outra escola, mas fiquei com medo do ambiente e saí de novo. Depois não tive mais coragem de voltar. Vou tentar supletivo só para terminar o último ano.

Problemas no ambiente educacional estiveram presentes ao longo de toda formação de Johi, que embora tenha sempre contado com o apoio da mãe, quase nunca encontrou compreensão entre os colegas e professores:

— Meu corpo e a sociedade foram tentando me colocar naquela caixinha que eu não queria entrar de jeito nenhum. Eu era perseguido por uma garota na primeira série que tentava me bater, me colocava apelido, e eu não entendia porque ela me odiava. Alguns professores riam de mim. Na escola foi sempre um inferno. Desde que entrei até quando saí.

Para Jaqueline Gomes de Jesus, professora do Instituto Federal do Rio, as

escolas ainda não sabem como discutir relações de gênero nas salas de aula. Também há dificuldades para identificar a violência psicológica sofrida por estudantes LGBT.

— É comum ver alunos transexuais agredidos por colegas, enquanto os professores dizem que eles merecem apanhar por ficarem se expondo daquele jeito — revela Jaqueline, que é mulher trans e autora do livro “Homofobia — identificar e prevenir” (editora Metanoia). — Há profissionais de educação que reproduzem estereótipos, enquanto outros se sentem reprimidos em falar sobre sexualidade.

Segundo a “Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016”, realizada pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), 73% dos estudantes LGBT já foram agredidos verbalmente por sua orientação sexual, 68% por sua identidade de gênero. O levantamento mostra ainda que 60% dos alunos se sentiam inseguros na escola por conta de sua orientação sexual e 43% por sua identidade de gênero.

No Congresso Nacional, tramita o projeto de lei “Escola sem partido”, que prevê que o Estado não tome parte em discussões sobre gênero e orientação sexual. O projeto sugere ainda a proibição da aplicação de ideologia de gênero na educação. Já a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro discute, desde o ano passado, o Plano Municipal de Educação (PME), que norteará o ensino na cidade na próxima década.

## **DEBATES NAS SALAS DE AULA**

Parlamentares da bancada conservadora propuseram recentemente emendas em alguns artigos do projeto, suprimindo as palavras “gênero” e “orientação sexual” na lista de debates que devem ser desenvolvidos nas salas de aula.

— Essas mudanças refletem a lógica do medo, que afirma que a escola vai interferir nos valores familiares. É um discurso perigoso, porque considera que a instituição de ensino deve ser apenas uma transmissora de conhecimento, e não um espaço para ampliação de horizontes — ressalta o vereador Tarcísio Motta (PSOL), membro da comissão de Educação. — As

mudanças no plano municipal são uma reação ao avanço das discussões sobre LGBT na sociedade.

Autor das emendas do PME, o vereador Carlos Bolsonaro (PSC) não quis dar entrevista.

Vice-presidente da Comissão de Direito Homoafetivo da OAB-RJ, Henrique Rabello de Carvalho avalia que a mídia e a internet aumentaram o debate sobre sexualidade nas escolas, mas acredita que o cenário político não proporcionará mudanças a longo prazo.

— O Poder Legislativo, em todas as esferas, é composto por uma maioria de representantes voltados para o fundamentalismo religioso e a uma forma de pensamento conservador, que entendem somente uma composição de família heterossexual — critica. — Outras identidades não são reconhecidas e, por isso, faltam políticas públicas destinadas a elas.

---

## **Expectativa de vida de uma mulher trans não ultrapassa os 35 anos na América Latina, alerta ativista**



Karla Avelar, ativista salvadorenha indicada ao Prêmio Martin Ennals. Foto: COMCAVIS TRANS

Entre os finalistas do Prêmio Martin Ennals para Defensores dos Direitos Humanos, a salvadorenha Karla Avelar se destaca pelo ativismo em prol do acesso à saúde para pessoas vivendo com HIV. Mulher, trans e portadora do

vírus, a militante defende há mais de 20 anos os direitos de indivíduos LGBTI. Iniciativas lideradas pela ativista incluem promoção da saúde e do acesso à justiça para vítimas de discriminação.

[\(Nações Unidas, 30/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Em 1996, Karla foi uma das fundadoras da primeira associação de transexuais de El Salvador. Doze anos depois, ela fundou a primeira organização de mulheres trans vivendo com HIV, a COMCAVIS TRANS — sigla para Comunicando e Capacitando as Mulheres Trans, em tradução livre para o português. A instituição trabalha para expandir a prevenção do HIV e o fornecimento de cuidados de saúde associados ao vírus. Outra frente de atuação é a promoção do atendimento para pessoas privadas de liberdade.

“Diariamente, as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e inters estão expostas a ameaças de morte, extorsão, assédio, violência física e verbal e discriminação por causa de nossa identidade de gênero ou orientação sexual”, afirma Karla. “Esta situação nos torna vulneráveis ao HIV.”

Entre as ações promovidas pela COMCAVIS TRANS, estão campanhas de educação, bem como iniciativas para incentivar a realização do teste de HIV. Segundo Karla, a organização promove treinamentos em saúde sexual e reprodutiva para indivíduos LGBTIs e programas de conscientização sobre direitos humanos e zero discriminação para funcionários dos sistemas carcerários.

Em El Salvador, a população LGBTI continua sendo vítima do preconceito e da violência, um cenário agravado pelos altos níveis de impunidade e pelo acesso limitado à justiça. “El Salvador é um país com uma das maiores taxas de violência na América Latina e, como é o caso em toda a região, a expectativa de vida de uma mulher trans não ultrapassa os 35 anos”, conta a ativista.



Karle defende os direitos de pessoas LGBTI há mais de 20 anos. Foto: COMCAVIS TRANS



Karla ajuda indivíduos que sofreram violações de direitos humanos. Com sua equipe e um grupo de voluntários, a milita oferece aconselhamento e os acompanha para prestar queixa. Com a colaboração de outras organizações, ela garante que as pessoas mais pobres tenham um canal aberto para assistência jurídica e econômica.

“Ainda há muitas barreiras”, diz. “No entanto, estamos promovendo um diálogo com representantes da Polícia Civil Nacional e do Escritório do Conselho Nacional dos Direitos Humanos e outras autoridades para melhorar os mecanismos de denúncia e investigação de violações de direitos humanos e assegurar um monitoramento e avaliação adequados e continuados.”

Karla também desempenhou um papel significativo na defesa de reformas legislativas para proteger os direitos das pessoas LGBTI. Por exemplo, em parceria com o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) e outras organizações nacionais, ela participou da revisão de uma lei de HIV aprovada em janeiro passado.

A nova legislação permitirá melhorar o acesso de transexuais à saúde, garantindo que as redes de atendimento sejam livres de estigma e discriminação.

## **UNAIDS elogia engajamento e reconhecimento da sociedade civil**

Por ocasião da indicação de Karla Avelar para o Prêmio Martin Ennals para Defensores dos Direitos Humanos, o UNAIDS reitera que trabalha com seus parceiros para reafirmar o usufruto de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais como motor da resposta global à epidemia de HIV.

A agência lembra ainda que as pessoas trans estão entre os segmentos demográficos considerados chave no combate ao vírus. Apesar de representarem de 0,1 a 1,1% da população mundial, estimativas indicam que 19% das mulheres trans vivem com HIV. Globalmente, 61% dos programas nacionais de resposta à AIDS não incluem pessoas trans, e 57 países ainda criminalizam ou perseguem transgêneros. O público trans tem 49 vezes mais probabilidades de contrair HIV do que todos os adultos em idade reprodutiva.



---

# Países têm obrigação de combater transfobia, dizem relatores da ONU

Em comunicado divulgado na véspera do Dia Internacional contra a Homofobia, a Transfobia e a Bifobia, lembrado na quarta-feira (17), relatores especiais da ONU cobraram dos Estados-membros políticas que protejam os direitos das crianças trans. Para os especialistas, países devem implementar medidas pelo respeito à diversidade, como legislações contra a LGBTIfobia e a criação de programas educativos sobre orientação sexual e identidade de gênero.

[\(Nações Unidas, 17/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

“Infelizmente, em algumas famílias, crianças trans ou com identidade de gênero diversa permanecem estigmatizadas, excluídas, marginalizadas e rejeitadas. Muitas dessas crianças continuam sob risco de sofrer violência física, sexual e psicológica em comunidades e dentro das próprias famílias, incluindo os crimes cometidos em nome da ‘honra’”, alertaram os especialistas em direitos humanos das Nações Unidas.

Sobre a importância do acolhimento pelos parentes, relatores ressaltaram que as “famílias desempenham um papel crucial na criação de um ambiente seguro e afetivo — um refúgio — para as meninas, meninos e adolescentes trans e de gênero diverso”.

Relatores também chamaram atenção para o fato de que adolescentes e meninos e meninas trans são mais vulneráveis ao bullying, ao cyberbullying e à exclusão nos ambientes escolares, como espaços de recreação, banheiros e vestiários.

“Um ambiente hostil pode lamentavelmente forçar estudantes trans e com

identidade de gênero diversa a abandonar a escola e pode expulsá-los de suas famílias quando são novos. Eles ficam vulneráveis à falta de moradia, à entrada em mercados de trabalho informais, a economias criminalizadas, a serem visados mais frequentemente por abordagens policiais, a viverem num ciclo de pobreza e marginalização e a sofrerem mais discriminação e violência para a vida toda”, ressaltaram.

O comunicado também aponta que a rejeição torna jovens trans mais suscetíveis a problemas de saúde mental, como a depressão e sentimentos de isolamento. Isso pode levar ao suicídio e à autoagressão, que são a terceira maior causa de morte evitável entre adolescentes, provocando cerca de 67 mil óbitos por ano, segundo os dados mais recentes da Organização Mundial da Saúde (OMS).

“Em outra instância, a simples existência de leis e regulamentos que criminalizam a expressão de gênero, incluindo as infrações por ‘cross-dressing’ (uso de vestimentas associadas ao sexo oposto) ou por ‘imitação do sexo oposto’ e outras medidas discriminatórias, têm impacto na liberdade e na segurança desses jovens e tende a fomentar um clima no qual o discurso de ódio, a violência e a discriminação são tolerados e perpetrados com impunidade”, explicaram os relatores.

## **Discriminação institucionalizada**

Os especialistas independentes pediram aos Estados-membros que descriminalizem as identidades e expressões de gênero, além de cobrar que variações na relação com o próprio gênero deixem de ser patologizadas, ou seja, consideradas doenças. Políticas para combater o preconceito devem incluir o abandono das chamadas “terapias de conversão” e mudar classificações médicas discriminatórias.

Relatores alertaram ainda que, na maioria dos países, pessoas trans têm o reconhecimento legal de seu gênero autodefinido, “o que pode levar a mais violações dos direitos humanos nas áreas de educação, emprego, cuidado médico e outras”.

“Muitos Estados que permitem a modificação dos marcadores de gênero em

documentos de identidade impõem exigências abusivas, como a cirurgia forçada ou compulsória (de mudança de sexo), a esterilização, o diagnóstico de doença mental, intervenções psiquiátricas ou outros procedimentos médicos coercitivos”, disseram.

Essas práticas, de acordo com os relatores, violam a integridade física e mental e os direitos dos indivíduos e podem ser consideradas equivalentes à tortura e ao tratamento desumano. “Chamamos os Estados a facilitar o reconhecimento de gênero legal, rápido, transparente e acessível, sem condições abusivas, garantindo direitos humanos para todas as pessoas, bem como o respeito às escolhas livres e informadas e a autonomia sobre o corpo.”

Os especialistas independentes pediram ainda que nações implementem leis antidiscriminação para combater a violência motivada pela orientação sexual e pela identidade e expressão de gênero das vítimas. Também apelaram pela criação de currículos escolares e materiais didáticos inclusivos para promover o respeito à diversidade nos ambientes de ensino. Governos devem ainda capacitar professores e funcionários sobre o tema e oferecer apoio aos pais dos alunos.

## **Contra mensagens religiosas negativas**

Os relatores especiais também convocaram os Estados-membros a encorajar entidades religiosas a não difundir mensagens negativas sobre pessoas trans e de gênero diverso.

Por ocasião do Dia Internacional, os especialistas reiteraram que os Estados têm a obrigação de combater a transfobia e de abraçar a diversidade humana, uma vez que isso reflete a universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos. “Uma análise das questões de gênero baseadas em direitos deve lidar com as construções sociais, as práticas e os costumes que tendem a reforçar os estereótipos de gênero”, acrescentaram.

O comunicado foi assinado pelos especialistas independentes da ONU Philip Alston, relator especial sobre pobreza extrema e direitos humanos; Koumbou

Boly Barry, relator especial sobre o direito a educação; Vitit Muntarbhorn, relator sobre proteção contra a violência e a discriminação baseada na orientação sexual e identidade de gênero; Dainius Pūras, relator especial sobre o direito à saúde; Dubravka Šimonović, relator especial sobre violência contra a mulher, suas causas e consequências; e também pelo Grupo de Trabalho sobre discriminação contra as mulheres na lei e na prática.

---

## **Publicação da Unesco sobre violência de gênero e orientação sexual nas escolas ganha versão em português**

A publicação *Jogo Aberto: Respostas do setor de educação à violência com base na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero*, lançada pela sede da UNESCO em 2016, acaba de ganhar a sua versão em português, por ocasião do Dia Internacional contra a Homofobia e a Transfobia (17/05). A violência cometida contra esses estudantes afeta a aprendizagem, as perspectivas de emprego e o bem-estar desses alunos.

*Jogo Aberto* parte da premissa do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), que busca “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”.

[\(Unesco, 17/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

O Diretor-geral assistente de Educação da UNESCO, Qian Tang, alerta no prefácio de *Jogo Aberto* que “todas as formas de discriminação e violência são um obstáculo para o direito fundamental à educação de qualidade de

jovens e crianças e nenhum país consegue atingir uma educação inclusiva de qualidade se os alunos são discriminados e sofrem violência por causa de sua verdadeira, ou aparente, orientação sexual e sua identidade de gênero”.

A publicação *Jogo Aberto* tem o objetivo de oferecer uma visão geral das informações mais atualizadas e apresentar um panorama das ações atuais sobre o tema. A publicação também traz algumas recomendações de planejamento e implementação de respostas eficazes à violência baseada na orientação sexual e na identidade/expressão de gênero como parte dos esforços em prevenir e lidar com a violência nas escolas.

Para fazer o download da publicação, [clique aqui](#).

---

## **Países de todos os continentes cobram ao Brasil medidas contra violências e discriminação de gênero e orientação sexual na Revisão Periódica Universal da ONU**

*Dos 103 países que participaram do processo de sabatina ao Brasil, 26 fizeram recomendações substanciais relativas a discriminações e violências movidas por questões de orientação sexual e/ou de gênero.*

[\(Campanha.org, 16/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

26 países recomendaram ao Brasil tomar medidas relativas a discriminações e violências movidas por questões de orientação sexual e/ou de gênero na

Revisão Periódica Universal (RPU) da ONU, cujo rascunho do relatório foi disponibilizado na última terça, 9/5. No total, 45 países consideraram as recomendações e denúncias presentes no relatório da Campanha, que foi contemplado no relatório oficial da sociedade civil compilado pela ONU.

[Acesse aqui tabela com a sistematização das recomendações que dizem respeito a educação, contra as violências e discriminações de gênero, orientação sexual e étnico-raciais](#), com as recomendações propostas pela Campanha em seu relatório.



Argentina, Chile, Eslováquia, Finlândia, Honduras, Israel, México, e Suécia recomendaram ao Brasil tomar medidas e fortalecer políticas locais com relação à violência contra as populações LGBTI. Eslováquia fez menção ainda sobre responsabilizar os autores das violências e Honduras reiterou a necessidade de aplicar a legislação protetiva específica já vigente sobre a temática.

Austrália, Chile, Egito, Eslováquia, Honduras, Indonésia, Iraque, Itália, México, Ruanda, Sudão, Tailândia, Togo, Tunísia, Uganda fizeram recomendações contra discriminação e violência de gênero contra mulheres e meninas. Vale ressaltar que a Austrália precisou o caso da violência doméstica contra mulheres e a Indonésia mencionou também os casos de prostituição infantil.

Essas recomendações foram uma reação à denúncia à ONU, realizada pela Campanha, acerca dos dados inaceitáveis de desigualdade de gênero

estrutural na sociedade brasileira, na educação, no mercado de trabalho, e de violência contra a mulher no Brasil - 5 mil mortes e 500 mil estupros, segundo dados da OMS e do IPEA. Sobre a questão ainda, a Áustria ressaltou a necessidade de proteção para mulheres vítimas de abuso e de implementação de legislação vigente sobre a questão. Bahamas e Venezuela citaram explicitamente as violências movidas por questões de gênero, as mortes e os dados de estupros denunciados pela Campanha e recomendaram medidas preventivas e também de investigação dos casos e proteção das vítimas.

O Paquistão reiterou a necessidade de implementação de políticas contra as desigualdades raciais, especialmente no caso de mulheres afro-brasileiras, e Madagascar reiterou a necessidade de maior inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade.

“Temos trabalhado com a compreensão de que raça e gênero estruturam a sociedade brasileira. Mulheres e negros ocupam posições desfavoráveis na sociedade e essas discriminações e preconceitos estão baseadas no sexo e na raça”, explicou Suelaine Carneiro, coordenadora do programa de educação de Geledes Instituto da Mulher Negra. “Mulheres negras trazem ainda essa combinação entre gênero e cor da pele, que faz com que elas sejam o grupo social que ocupa o pior lugar nos índices sociais”, reiterou.

Nos relatórios disponibilizados pelas Nações Unidas para os países - com os quais a Campanha contribuiu com submissão de documentos e em consultas públicas -, grande atenção foi dada às questões que tangem a igualdade de gênero na educação. A Campanha fez denúncia quanto ao descumprimento do Brasil às recomendações 119.33, 119.47, e 119.94 do Relatório do Conselho de Direitos Humanos em sua 21<sup>a</sup> Sessão, sobre igualdade de gênero, por conta da retirada das questões sobre a temática, assim como de combate às discriminações por orientação sexual, dos planos estaduais e municipais de educação.

“Sob a pressão de líderes religiosos, parlamentares de 12 dos 27 estados brasileiros retiraram dos planos de educação estratégias que buscavam superar as desigualdades de gênero, orientação sexual e raça”, cita o relatório compilado da sociedade civil. O relatório compilado com



informações submetidas pela própria ONU também cita a questão, fazendo referência ao relatório do Comitê sobre os Direitos da Criança de 2015 - momento em que a Campanha também pautou os comissionados.

### **Questionamentos da ONU ao “Escola Sem Partido” e a mudanças sobre gênero e orientação sexual na BNCC**

Em comunicado publicado no dia 13/04, Koumbou Boly Barry, Relatora Especial para o Direito Humano à Educação; David Kaye, Relator Especial para Promoção e Proteção do Direito à Liberdade de Opinião e Expressão; e Ahmed Shaheed, Relator Especial para Liberdade de Religião e de Crença, enviaram uma carta questionando o Estado Brasileiro acerca dos efeitos gerados pelo programa “Escola Sem Partido” no Brasil, especialmente no que tange os Projetos de Lei 867/2015 e 193/2016, recomendando a tomada de atitudes necessárias para conduzir uma revisão dessas proposições, assegurando sua conformidade com a base dos direitos humanos internacionais - o que inclui a Constituição Federal de 1988 da República Federativa do Brasil.

O documento traz um histórico acerca do movimento “Escola Sem Partido” desde 2004, passando pela apresentação e tramitação dos projetos de lei, até a retirada pelo Ministério da Educação (MEC) dos termos “orientação sexual” e “identidade de gênero” da última versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), enviada em abril deste ano para o Conselho Nacional de Educação (CNE). O documento explicita também o caso do secretário paulistano de educação Alexandre Schneider *versus* vereador Fernando Holiday.

A carta cita ainda o posicionamento contra o projeto da Comissão Internacional de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), após denúncia e sustentação oral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Além disso, relatam o amplo posicionamento contrário do Ministério Público Federal (MPF) e da Advocacia Geral da União (AGU), de especialistas, organizações sociais, estudantes e educadores, inclusive em pesquisa de opinião realizada pelo site do Senado Federal, que contou com a participação de mais de 390 mil pessoas, sendo a maioria contrária ao “Escola Sem Partido”.

Os relatores reiteraram que o Artigo 19 do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, ratificado pelo Brasil em 1992, protege a todos o direito à opinião, sem interferências, e o direito a buscar, receber, e partilhar informações e ideias de todos tipos, independentemente de fronteiras ou meios. Ainda com base no Artigo 19, explicitaram seu caráter de “necessidade” e não somente como “útil, desejável ou razoável”, o que implica em acesso e proporcionalidade.

Diante dos projetos de lei, o documento afirma que a **“discussão sobre gênero e diversidade sexual é fundamental para prevenir estereótipos de gênero e atitudes homofóbicas entre estudantes”** e que **“por não definir o que é doutrinação política e ideológica, (...) a proposição permite que quaisquer práticas pedagógicas dos professores sejam consideradas como doutrinação, tornando a escola uma extensão do ambiente doméstico antes de uma instituição educacional que proveja novas perspectivas”**. Os relatores explicitam ainda que o projeto apresenta o risco de impedir “o desenvolvimento de um pensamento crítico nos estudantes e a habilidade de refletir, concordar ou discordar com o que está exposto em aulas”.

“Os diplomatas ficaram tocados com as informações que apresentei em meu discurso, listando fatos ocorridos nos últimos três anos, como a retirada da palavra gênero dos planos municipais, estaduais e nacional de educação, além das consequências de toda essa onda conversadora que vivemos no Brasil. Muitos também ficaram perplexos com a existência de projetos de lei como o programa ‘Escola sem Partido’, que impacta diretamente na liberdade de expressão de docentes e no acesso à educação de qualidade aos estudantes brasileiros. O que eu não imaginava é que, enquanto em embarcava de Genebra para o Brasil, logo após a atividade na ONU na última sexta-feira, comprovamos o que apresentamos, os retrocessos seriam concretizados via anúncio do MEC de retirar as questões de gênero e orientação sexual da Base Curricular e com o caso das escolas de São Paulo, inspecionadas por vereadores, levando a quase demissão do secretário municipal de educação Alexandre Schneider”, afirmou Fernanda Lapa, coordenadora executiva do Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH) que fez um discurso impactante, para diplomatas e representantes de

países de todos os continentes do mundo, veículos de imprensa e organismos internacionais.

Os relatores destacam também o parecer com conclusões do Comitê sobre os Direitos da Criança (CRC/ONU), de 2015, que, dando luz aos artigos 2, 3, 6 e 12 da Convenção dos Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil em 1990, recomendou ao Brasil “b) decretar legislação que proíba discriminação ou incitamento de violência com base em orientação sexual e identidade de gênero assim como continuar o projeto “Escola Sem Homofobia”; c) priorizar a eliminação de atitudes patriarcais e estereótipos de gênero, inclusive por meio de programas educacionais e de sensibilização”. Esse documento foi fruto de incidência da Campanha Nacional pelo Direito à Educação junto aos comissionados em momentos prévios à sessão com o Brasil em outubro de 2015.

“O caso vivido pelo secretário Alexandre Schneider tem realmente deixado a comunidade internacional em alerta. Ele não aceitou ter os professores da rede intimidados com essas vistorias [do vereador Fernando Holiday (DEM-SP)]. A perplexidade não é só pelas ameaças que ele tem sofrido [por parte dos militantes do Movimento Brasil Livre (MBL)], mas justamente o como esse tipo de ação dentro das escolas viola a liberdade de expressão e o direito humano à educação”, afirmou Maria Rehder, coordenadora de projetos da Campanha, que esteve na Pré-Sessão da RPU com Fernanda, em Genebra.

“É uma grande conquista o posicionamento da comunidade internacional contra o cerceamento da liberdade de expressão dos professores no Brasil, que tem prejudicado a qualidade da educação e colocado em xeque a primazia dos Direitos Humanos e dos princípios constitucionais. Vamos continuar nesse enfrentamento, sem descansar”, afirmou Daniel Cara, coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

### **Processo de denúncia internacional**

Após participar de eventos públicos e debates no Brasil, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação foi à Genebra, em novembro de 2016, para levar denúncia aos relatores sobre o impacto do programa “Escola Sem

Partido” ao direito à educação e ao direito à liberdade de opinião e expressão dos educadores. Em dezembro de 2016, o coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, fez sustentação oral contra o programa “Escola Sem Partido” perante o Estado Brasileiro no âmbito da reunião da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA). No dia 7 de março, Daniel Cara foi expositor em audiência pública realizada no âmbito da Comissão Especial do Programa Escola Sem Partido na Câmara dos Deputados. A Comissão Especial é composta, majoritariamente, por defensores do PL.

As relatorias obtiveram informações sobre o programa “Escola Sem Partido” por meio de denúncias levadas à Genebra pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e pelo IDDH, na Pré-Sessão do Relatório Periódico Universal (RPU) ao Brasil, que aconteceu na primeira semana de abril deste ano. Ainda, a relatora especial para o direito à educação, Koumbou Boly Barry, esteve em evento promovido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e pela Ação Educativa no dia 04/04, recebendo informações sobre o contexto da educação brasileira através de movimentos e ativistas da área.

---

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação participou enquanto organização da sociedade civil de todo o processo da Revisão, com a submissão de relatório - em conjunto com Ação Educativa, Anced (Associação Nacional dos Centros de Defesa de Direitos de Criança e Adolescente) e Clade (Campanha Latino Americana pelo Direito à Educação) -, passando pelo processo da Pré-Sessão, em abril - em parceria com o IDDH (Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos) -, até o processo da Sessão, em maio.

---

**“É importante que a reflexão**

# **sobre as condições negra e indígena se dê também na Europa e na América do Norte”, afirmou Suelaine Carneiro sobre o resultado das recomendações dos países ao Brasil na Revisão Periódica da Universal da ONU**

*Em entrevista à Campanha, a especialista coloca a importância do pronunciamento dos países latino-americanos e africanos quanto às questões raciais, analisa as políticas afirmativas no país, e traz um panorama das violações contra as populações negra e indígena a serem monitoradas pelos defensores de direitos humanos no Brasil e no mundo.*

[Campanha.org](http://Campanha.org), 16/05/2017 - [Acesse o site de origem](#))

Na última terça, 9/5, a Organização das Nações Unidas (ONU) disponibilizou o rascunho do relatório da Revisão Periódica Universal (RPU) de direitos humanos pela qual o Brasil passou na sexta, 5/5, em sua 27ª Sessão. 103 países participaram da sabatina ao Brasil. Desses, 11 fizeram recomendações sobre relações raciais, pautados pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, especialmente no tocante ao combate às discriminações.

No total, 45 países consideraram as recomendações e denúncias presentes no relatório da Campanha, que foi contemplado no relatório oficial da sociedade civil compilado pela ONU. [Acesse aqui tabela com a sistematização das recomendações que dizem respeito a educação, contra as violências e discriminações de gênero, orientação sexual e étnico-raciais](#), com as recomendações propostas pela Campanha em seu relatório.

Suelaine Carneiro, coordenadora do programa de educação de Geledes

Instituto da Mulher Negra, ressaltou a importância da reflexão sobre as condições negra e indígena por parte dos países latino-americanos e africanos, mas reiterou que Europa e América do Norte devem também olhar para esse desafio. “É importante também que eles se coloquem expressivamente como solidários, preocupados e atuantes para melhores condições de vida e para atuarem também politicamente pela igualdade racial e étnica nos países do continente americano e também em suas terras”, reiterou.

Daniel Cara, coordenador geral da Campanha, explicou que, no debate dos planos educacionais, a Campanha argumentou que no Brasil permanece o racismo estrutural. “Os setores conservadores resistiram”, explicou. “Porém, ao ver os dados, a comunidade internacional nos deu razão. Essa é a vantagem da RPU: mostrar que no Brasil o debate educacional está completamente fora de dados básicos de realidade”, reiterou.

## **ENTREVISTA: SUELAINÉ CARNEIRO**

Para aprofundar o assunto, a Campanha conversou com Suelaine Carneiro, coordenadora do programa de educação de Geledes Instituto da Mulher Negra, sobre o impacto dessas recomendações e como elas se refletem no contexto brasileiro.

**CAMPANHA. Foram 11 recomendações diretamente ligadas às discriminações raciais. Qual a importância de os países darem tanta ênfase à situação do país nessa pauta? Qual o papel desse processo enquanto instrumento de pressão ao Estado Brasileiro para a concretização de políticas efetivas e para a implementação de fato da legislação referente?**

**SUELAINÉ.** Foi especialmente importante a participação da Campanha na entrega do relatório na ONU, bem como as recomendações que os países fizeram ao governo brasileiro. As 11 recomendações estão diretamente ligadas às questões sobre as discriminações na educação, particularmente o racismo, o sexismo nas questões de gênero, e também nas questões relacionadas com a população indígena.

As questões abordadas dialogam muito com o que os movimentos sociais, quer seja movimento organizado negro e todos os voltados para a educação em direitos humanos, têm defendido e pressionado o governo brasileiro para maior atenção e maior eficácia nas suas ações voltadas para uma educação de qualidade, educação com equidade, e também respeito às identidades raciais, de gênero e sexualidade na educação.

Portanto, as recomendações que Bahamas fez sobre as questões das armas de fogo e a morte de jovens negros é importantíssima no momento em que aqui no Brasil temos feito diversas denúncias, vários dados existem sobre a participação desproporcional de jovens negros mortos por armas de fogo e nenhuma ação concreta é realizada por parte do governo. Temos que lembrar também que nos últimos dias foram vários os incidentes nas unidades escolares do Rio de Janeiro - que teve muita repercussão, onde estudantes foram mortos dentro da escola em confronto entre as forças de segurança do Estado e forças do narcotráfico. É preciso repensar as ações da polícia no combate ao enfrentamento à violência e também em como proteger as crianças.

É também importante a recomendação do Chile para pensar essas políticas de enfrentamento ao racismo e ao preconceito de maneira intersetorial. São ações importantes que também vimos discutindo: como fazer o diálogo intersetorial para que essas medidas tenham eficácia? A Grécia também enfatizou a promoção de políticas para a igualdade racial, sendo preciso pensar um conjunto de políticas.

O Haiti também trouxe a questão das desigualdades de renda. É necessário pensar uma política que aprimore a educação voltada para a população em maior situação de vulnerabilidade em termos de renda, assim como pensar nas questões afro-brasileiras, indígenas e os efeitos sociais do racismo na formação desses estudantes. Muito pouco tem sido pensado em termos de governo brasileiro sobre os efeitos psicossociais do racismo no aprendizado das crianças. Quanto o racismo impacta negativamente na condição de aprendizado desses estudantes?

Uganda traz a necessidade de uma reforma legislativa para aprofundar medidas contra as discriminações de gênero, raça e etnia. Esse conjunto de



recomendações estão evidenciando o quanto as violações continuam acontecendo e que os esforços realizados pelo governo brasileiro não são suficientes para uma educação com respeito, igualdade, equidade.

As recomendações demonstram a necessidade de uma reforma legislativa, de um compromisso político, e de ações específicas, quer seja com cotas e outras medidas possíveis para combater as desigualdades na educação. Elas devem ser tomadas de forma muito séria pelo governo brasileiro, particularmente pelo Ministério da Educação.

E é interessante que os países vêm reafirmar esse compromisso político em um momento em que o governo tem provocado reformas que tornam qualquer medida voltada para a igualdade e o respeito muito difíceis de serem realizadas. Portanto, as recomendações nos auxiliam muito nesse diálogo com o governo em reafirmar a necessidade de compromisso efetivo no combate ao racismo, à discriminação, à xenofobia, à discriminação contra as mulheres, e violências no sistema educacional.

**CAMPANHA. Honduras fez uma recomendação explícita sobre educação: “Aprimorar os esforços para promover, na lei e na prática, a inclusão de afrodescendentes no sistema educacional e no mercado de trabalho através de políticas públicas”. E Namíbia trata de “continuar a colocar em marcha medidas que buscam prevenir a violência e discriminação racial contra afro-brasileiros e proteger sua herança cultural local”.**

**Como isso se relaciona com a situação hoje das políticas de educação que tratam especificamente da pauta de diversidade étnico-racial e como isso dialoga com a implementação (ou não) da Lei 10639/2003 e da Lei 11645/2008?**

**SUELAINÉ.** Todas as 11 recomendações, de certa maneira, se relacionam com a implementação da Lei 10639/2003, voltada para a educação da história e cultura afro-brasileira e africana e a Lei 11645/2008, voltada para a educação da história e cultura indígena. São dois grupos populacionais, negros e indígenas, que historicamente têm ocupado os piores índices sociais. Há diversas análises históricas que reafirmam a posição de

desvantagem social em todos os campos.

Essas duas leis procuram primeiro demonstrar a importância desses grupos na história e cultura do Brasil e suas contribuições, e também reverter o imaginário de preconceito que os colocam como não possuidores de cultura, de contribuições de toda uma história que dignifica seus povos. Portanto, agir contra as discriminações só pode ser feito se valorizarmos esses grupos, colocarmos no mesmo patamar de dignidade e de contribuições como os demais grupos que constituíram a Nação Brasileira.

Atualmente, as ações pela implementação da Lei 10639/2003 estão muito tímidas. Esse momento político vivenciado pelo governo brasileiro, particularmente pelo Ministério da Educação, tem sido no sentido de eliminar as especificidades dos grupos. Temos percebido que há uma necessidade de diluir as diferenças, homogeneizar novamente a sociedade e ocultar as desigualdades que são baseadas na cor, na etnia, nas condições de vida, nas condições de renda.

A Namíbia enfatiza a questão de proteger a herança cultural. Esse tema, para movimentos negros é extremamente importante. Isso tem acontecido de maneira muito ineficaz ainda na abordagem e na maneira como ela deveria ser assumida pelos sistemas de ensino. Um aspecto do racismo e do preconceito que se manifesta do ambiente escolar é justamente sobre a desvalorização da cultura afro-brasileira e africana. Os sistemas de ensino precisam ensinar seus estudantes que todos os povos que aqui habitam contribuíram e contribuem para a formação dessa nação.

É uma pauta urgente a implementação dessas duas leis. Elas contribuem para a permanência no sistema escolar, para diminuir as violências entre os estudantes. Pensar nessa legislação e promover a igualdade entre brancos, negros, indígenas, em que todos se sintam possuidores de direitos é uma forma também de evitar hierarquizações. É possibilitar que todos, no ambiente escolar, se sintam reconhecidos. É um desafio, mas é, antes de mais nada, uma urgência efetivar a igualdade na educação a partir de uma legislação específica.

**CAMPANHA. A Namíbia trata de “continuar a tomar medidas ativas**

**para erradicar a discriminação de mulheres afro-brasileiras baseada em seu gênero e etnia”; o Paquistão recomenda “redobrar esforços para reduzir o gap entre os afro-brasileiros, especialmente mulheres e a população em geral”; e Ruanda traz a questão de “aprofundar medidas para prevenir e punir o racismo, a discriminação e a violência contra povos indígenas, povos afrodescendentes e a violência contra mulheres e meninas”.**

**De acordo com dados enviados pelo relatório da Campanha (Síntese dos Indicadores Sociais 2010), as mulheres negras jovens têm as maiores taxas de desigualdade, apresentando uma taxa de desemprego de 25,3% (12,2% superior ao grupo de jovens brancos). Entre os jovens que não estudam nem trabalham, 16,1% são brancos e 20,4% são negros. Novamente, as meninas afro-brasileiras estão em desvantagem, fazendo 28,2% do grupo que não estuda nem trabalha.**

**Como se dá no Brasil a relação gênero x raça, considerando tais indicadores e também os relativos aos dados de educação - especialmente de exclusão escolar - e como tais recomendações podem ser importantes para a construção de políticas específicas para focalizar nesses desafios de igualdade de gênero e racial?**

**SUELAINÉ.** Temos trabalhado com a compreensão de que raça e gênero estruturam a sociedade brasileira. Mulheres e negros ocupam posições desfavoráveis na sociedade e essas discriminações e preconceitos estão baseadas no sexo e na raça. Mulheres negras trazem ainda essa combinação entre gênero e cor da pele, que faz com que elas sejam o grupo social que ocupa o pior lugar nos índices sociais. Portanto, é pensar nessa articulação gênero e raça como um elemento de exclusão e hierarquização na sociedade brasileira.

Pensando na educação, durante muitos anos, as mulheres foram proibidas de estudar. A população negra, particularmente, no começo do século XX, é que passa a ter direito a algum tipo de escolarização. São muitas as dificuldades e os impedimentos que marcam esses dois grupos.

O Haiti também traz a defasagem educacional e temos enfatizado a retenção

de meninos negros a partir do fundamental II. Se tem uma taxa muito grande de distorção idade-série, particularmente entre os meninos negros. Essa recomendação é vital para pensar a educação como um todo, não só em termos de participação, mas também de que educação está sendo oferecida para esses estudantes e de como reverter o *gap* de gênero, pensando nos meninos de forma especial, que estão de forma geral fora da escola, mas particularmente os meninos negros.

Namíbia pressiona para erradicar a discriminação de mulheres afro-brasileiras, algo que no momento tem sido crucial. Temos debatido a retirada do Plano Nacional de Educação da palavra “gênero”, o que tem impactado particularmente na realização de uma educação voltada para a igualdade entre homens e mulheres. É uma decisão que prejudica em muito ações de combate à violência no ambiente escolar.

É fundamental que se dê liberdade para que os profissionais da educação abordem gênero e realizem diversas produções sobre o tema, bem como a produção de material didático e paradidático voltados para as questões de identidade de gênero e sexualidade.

O Paquistão também traz esforços para reduzir a defasagem de negros e negras e faz novamente aqui destaque com relação às mulheres. Mulheres particularmente no ensino superior estão confinadas em cursos voltados para questões do cuidado e homens mais concentrados nas questões das exatas, então ainda há uma divisão por sexo no ensino superior, na escolha das carreiras, na definição das profissões. Isso certamente reflete ainda uma herança sexista da educação.

É preciso pensar em como estimular a entrada de mulheres em setores predominantemente dos homens e vice-versa. É preciso reduzir a defasagem entre brancos e negros e também essa desigualdade no acesso às carreiras entre homens e mulheres. É necessário criar um ambiente de respeito para que mulheres tenham novas possibilidades profissionais.

Mas não há de se esquecer que a marca da escravização ainda é muito presente na população negra. E é essa identidade única e exclusivamente que a população brasileira identifica na população negra. Há um conjunto de

símbolos e concepções que desvalorizam as pessoas negras e todas as contribuições e possibilidades delas nessa sociedade. São muitos impedimentos de ordem simbólica que, mesmo com a formação educacional, com toda uma trajetória educacional, a presença negra sempre ocupará barreiras por conta das concepções nessa sociedade.

Esses impedimentos simbólicos atuam de maneira muito forte, impedindo a mobilidade social de negros e negras. Além disso, essas condições de vida impactam nas demais condições de se atuar na sociedade: na renda, na moradia, nas condições alimentícias, de lazer, ou seja, a educação é um instrumento importantíssimo, mas ações concentradas de reversão das condições sociais da população negra precisam também estar articuladas com outros campos.

Nesse sentido, as várias recomendações que os países fizeram sobre políticas inclusivas são fundamentais. Somente a partir da política de cotas é que se conseguiu uma participação expressiva de negros no ensino superior, que ainda é ínfima mas teve um salto a partir do momento que foi implementada. Isso significa que havia de fato barreiras para que esse estudante ingressasse no ensino superior. E um conjunto de políticas que possibilitaram a entrada desses estudantes comprovam isso. Portanto, uma ação política voltada para as ações afirmativas também no mercado de trabalho é necessária e complementar.

Honduras traz também a questão do mercado de trabalho. Os dados mostram que no que diz respeito às mulheres negras que tiveram uma evolução, resultados muito importantes na última década na educação, em termos tanto de presença quanto de resultados, há uma aceleração muito alta da participação de mulheres negras no sistema educacional. Mas quando se analisa os dados do mercado de trabalho, ele não reflete esses esforços que foram realizados pelas meninas e mulheres negras em termos de conclusão dos ciclos. Elas ainda recebem os menores salários e ocupam as posições de menor rendimento e têm uma participação ínfima no que diz respeito a posições de poder e chefia. Pensar educação e mercado de trabalho a partir de políticas públicas de promoção da igualdade racial é extremamente importante.

**CAMPANHA. Dos 11 países que fizeram recomendações sobre questões raciais, 7 são de população de maioria negra. Qual a importância simbólica desse dado? Como os países africanos e centro americanos cooperam com o Brasil quanto a políticas para essas questões?**

**SUELAINÉ.** Essa pergunta é muito importante. Ela demonstra essa compreensão dos países africanos e latino-americanos sobre as desigualdades raciais brasileiras.

O Brasil, como sendo o país com a maior população negra nas Américas, demonstra o desafio que representa a equidade racial para os demais países latino-americanos. Em todos os países da América Latina, nós temos também discriminações raciais, racismo, e desigualdades a partir da etnia ou a partir da questão afro. O problema brasileiro é muito maior frente ao número da participação de negros na sua sociedade, mas o desafio da igualdade racial está presente em todos os países das Américas, já que somos países que viveram o comércio transatlântico e a escravização de negros e indígenas. Portanto, há dívidas históricas no que diz respeito às condições dessas populações nos nossos países.

Ter a recomendação de países africanos que começam também a olhar esse desafio da diáspora faz pensar também que as condições de vida de negros para além da África são um assunto que diz respeito a todos os países africanos, assim como negros de diversos países também se preocupam com o que acontece em África.

Ainda, a importante aproximação que o Brasil empreendeu nos últimos anos com a África é particularmente com os países africanos de língua portuguesa. A própria Campanha também realizou ações conjuntas e que foram importantes para a circulação de informações sobre as condições sociais de negros no Brasil, sobre os desafios educacionais. O diálogo Sul-Sul tem papel fundamental para o fortalecimento das ações da sociedade civil na exigibilidade do direito à educação e de uma educação para a igualdade.

Os países da América Latina também têm essa grande demanda no que diz respeito às questões indígenas. Assim como o Brasil, os outros países latino-

americanos também têm esse mesmo desafio de promover a igualdade, o respeito, a valorização, o direito à vida das populações negras e indígenas.

Sem dúvida nenhuma, o grande desafio é a garantia da terra. Terras indígenas que são valiosas; aqui no Brasil terras também quilombolas são muito valiosas e que estão em disputa. Esses grupos têm sido espoliados de suas terras, de suas riquezas, considerados povos que não contribuem para o Brasil. A cobiça e o interesse por suas terras têm provocado morte, sofrimento, doenças, fome nesses territórios.

Então, é muito importante que essa reflexão sobre as condições negra e indígena se dê para todos os países latino-americanos, africanos, mas particularmente para a Europa, América do Norte. É importante também que eles se coloquem expressivamente como solidários, preocupados e atuantes para melhores condições de vida e de atuarem também politicamente pela igualdade racial e étnica nos países do continente americano e também em suas terras.

---

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação participou enquanto organização da sociedade civil de todo o processo da Revisão, com a submissão de relatório - em conjunto com Ação Educativa, Anced (Associação Nacional dos Centros de Defesa de Direitos de Criança e Adolescente) e Clade (Campanha Latino Americana pelo Direito à Educação) -, passando pelo processo da Pré-Sessão, em abril - em parceria com o IDDH (Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos) -, até o processo da Sessão, em maio.

---

**Escolas da rede estadual**



# **paulista adotam banheiros de acordo com identidade de gênero**

Nas escolas estaduais de São Paulo, todos os alunos devem usar o banheiro de acordo com o gênero que se reconhecem. As escolas devem seguir a lei estadual nº 10.948, que versa sobre discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero. Direito garantido aos alunos paulistas, já chega a 365 o número de estudantes que usam o nome social.

[Portal Educação.sp.gov](http://PortalEducação.sp.gov), 15/05/2017 - [Acesse o site de origem](#)

A Escola Estadual Rodrigues Alves, no centro de São Paulo, é a que concentra o maior número de matrículas. São 21 estudantes que optaram pela mudança de acordo com a sua identidade de gênero. Na unidade de ensino, todos e todas usam o banheiro de acordo com o gênero que se reconhece. De acordo com o diretor da escola, professor Donizete Hernandes Leme, o respeito aos alunos travestis e transexuais é tema constante de discussões na escola, assim como o respeito às diferenças.

“Estamos sempre atentos a esta questão. Não posso dizer que foi um trabalho fácil no começo, o convencimento de que o banheiro deve ser utilizado de acordo com a sua identidade, mas tentamos trazer este assunto sempre para reflexão no ambiente escolar. Cada vez mais percebemos que os alunos estão mais confortáveis e respeitosos”, reconhece.

Assim como na escola Rodrigues Alves, todas as unidades de ensino da rede estadual devem seguir as recomendações da Secretaria da Educação para o uso do banheiro e respeito ao tratamento por identidade de gênero.

Por isso, a Pasta organizou uma série de documentos orientadores e videoconferências sobre o assunto, que estão disponíveis para as diretorias regionais de ensino e escolas estaduais.

---

# Situação dos direitos humanos no Brasil avaliada através da Revisão Periódica Universal da ONU

O relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil será avaliado pela terceira vez na sexta-feira, dia 5 de maio, pelo Grupo de Trabalho da Revisão Periódica Universal (RPU) do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, numa reunião que será transmitida ao vivo pela internet.

[\(Nações Unidas, 02/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

O Brasil faz parte de um grupo de 14 Estados que terão a situação dos direitos humanos examinada pelo Grupo de Trabalho da RPU durante a sua próxima sessão, realizada de 1 a 12 de maio, sessão essa que também marca o início do terceiro ciclo da RPU. As primeiras e segundas avaliações a que o Brasil foi submetido aconteceram, respectivamente, em abril de 2008 e maio de 2012.

Os documentos nos quais se baseiam as avaliações são: (1) o relatório nacional - informação enviada pelo Estado sob exame; (2) as informações constantes dos relatórios de grupos e peritos independentes de direitos humanos, conhecidos como Procedimentos Especiais, órgãos de tratados internacionais de direitos humanos e outras entidades das Nações Unidas; (3) as informações disponibilizadas por outras entidades, incluindo instituições nacionais de direitos humanos, organizações regionais e grupos da sociedade civil.



*Sede do Conselho de Direitos Humanos da ONU em Genebra. Foto: ONU/Jean-Marc Ferré*

Entre as questões levantadas nos documentos acima mencionados estão: o combate à extrema pobreza e às desigualdades socioeconômicas; o combate (intersetorial) à discriminação baseada no gênero, etnia, religião, deficiência, orientação sexual e identidade de gênero; a proteção de crianças contra a violência, exploração sexual, trabalho infantil e sem abrigo; assegurar o direito à terra, aos serviços básicos e à participação no processo decisório para as populações indígenas e quilombolas; combater o uso excessivo da força e os homicídios cometidos pela polícia em “legítima defesa” ou durante a “guerra contra as drogas”; combater a tortura, os maus-tratos, a violência e a morte em prisões, bem como a superlotação carcerária e as más condições nos lugares de detenção; as medidas tomadas para atingir uma educação de qualidade, acessível, culturalmente adequada e para todos; combater o trabalho escravo; e proteger os defensores dos direitos humanos.

Os três relatórios que servem de base para o exame do Brasil no dia 5 de maio estão disponíveis [aqui](#).

Local: Sala 20, Palais des Nations, Genebra

Hora e data: 9:00 - 12:30, sexta-feira 5 de maio (hora de Genebra)

A RPU é um processo único que envolve um exame periódico da situação dos direitos humanos de todos os 193 Estados-membros das Nações Unidas. Desde a sua primeira reunião, realizada em abril de 2008, todos os 193 Estados-membros das Nações Unidas foram examinados duas vezes no primeiro e segundo ciclos da RPU. Durante o terceiro ciclo da RPU, espera-se que os Estados destaquem as medidas que tomaram para implementar as recomendações feitas nas revisões prévias e sobre as quais eles se comprometeram a dar seguimento; e também se espera que eles apontem os avanços recentes em direitos humanos no país.

A delegação do Brasil será chefiada pela Sra Luslinda Dias de Valois Santos, Ministra dos Direitos Humanos.

Os representantes de três países que servem como relatores (“troika”) para o exame do Brasil são: Quirguistão, El Salvador e Botsuana.

A transmissão (webcast) da sessão será feita em <http://webtv.un.org/>

A lista de oradores e de todas as declarações disponíveis feitas durante o exame do Brasil serão colocadas na Extranet da RPU neste [link](#)

## **Preenchimento**

Nome do Usuário: hrc extranet (com espaço)

Senha: 1session

O Grupo de Trabalho da RPU está programado para adotar as recomendações do Brasil às 17h30 no dia 9 de maio. O Estado em avaliação pode querer expressar sua posição sobre as recomendações que lhe são colocadas durante o exame. As recomendações serão disponibilizadas para a mídia no mesmo dia, com antecedência.

Para mais informações e solicitações de imprensa, por favor entre em contato com Rolando Gomez através do número +41 (0) 22 917 9711 / rgomez@ohchr.org , Sarah Lubbersen através do número +41 (0) 22 917 9689 / slubbersen@ohchr.org ou Cédric Sapey através do número +41 (0) 22 917 9751 / csapey@ohchr.org

---

# **Ministério tira ‘identidade de gênero’ e ‘orientação sexual’ da base curricular**

Sem alarde, o Ministério da Educação alterou o texto da nova versão da base nacional curricular e retirou todas as menções às expressões “identidade de gênero” e “orientação sexual”. O recuo ocorreu após divulgar a jornalistas uma versão prévia do documento que servirá como referência sobre o que deve ser ensinado em todas as escolas públicas e privadas do país.

[\(Folha de S.Paulo, 06/04/2017 - acesse no site de origem\)](#)

A mudança aparece em versão atualizada do documento divulgada na tarde desta quinta-feira (6) no site oficial da base. Uma versão anterior, onde as expressões ainda apareciam, havia sido divulgada com embargo a jornalistas na terça (4).

***Leia mais:***

[\*“É preciso falar de gênero nas escolas”, diz cientista social Sylvia Cavasin \(ONU Mulheres, 08/04/2017\)\*](#)

[\*MEC suprime expressão ‘orientação sexual’ de texto sobre base curricular \(O Globo, 06/04/2017\)\*](#)

Com a alteração, ao menos três trechos da proposta final da base, entregue oficialmente nesta quinta ao Conselho Nacional de Educação, excluíram a referência inicial à necessidade de respeito à “identidade de gênero” e “orientação sexual”.

A primeira mudança aparece em um capítulo que fala sobre a importância da base para que o país tenha “equidade” e “igualdade” no ensino.

Dizia o trecho do documento inicial, na página 11: “A equidade requer que a instituição escolar seja deliberadamente aberta à pluralidade e à diversidade, e que a experiência escolar seja acessível, eficaz e agradável para todos, sem exceção, independentemente de aparência, etnia, religião, sexo, identidade de gênero, orientação sexual ou quaisquer outros atributos, garantindo que todos possam aprender.”

Já na versão atual, disponível no site da base curricular, a frase foi modificada para “a equidade requer que a instituição escolar seja deliberadamente aberta à pluralidade e à diversidade, e que a experiência escolar seja acessível, eficaz e agradável para todos, sem exceção, independentemente de aparência, etnia, religião, sexo ou quaisquer outros atributos, garantindo que todos possam aprender.”

## **COMPETÊNCIAS**

Em outra passagem, a mudança ocorre quando há referência às dez competências gerais que devem ser desenvolvidas durante o aprendizado no ensino fundamental.

A nona, até terça-feira, era: “Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer”.

A referência à “orientação sexual”, porém, já não consta no novo documento disponível no site da base nacional curricular.

Outra passagem alterada ocorre na unidade temática “Vida e evolução”, especificamente no eixo “Vida e sexualidade”, previsto para o ensino de ciências do 8º ano do ensino fundamental.

Até então, o documento da base distribuído aos jornalistas trazia entre as “habilidades” a serem desenvolvidas nos alunos a capacidade de “(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) e a necessidade de respeitar, valorizar e acolher a diversidade de indivíduos, sem preconceitos baseados nas diferenças de sexo, de identidade de gênero e de orientação sexual”.

Já o novo trecho indica que o aprendizado nesta etapa deverá “selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) e a necessidade de respeitar, valorizar e acolher a diversidade de indivíduos, sem preconceitos baseados nas diferenças de gênero”.

## **OUTRO LADO**

Em nota, o Ministério da Educação afirmou que o documento “passou por ajustes finais de editoração/redação que identificaram redundâncias”. Segundo a pasta, o texto encaminhado a membros do Conselho Nacional de Educação na quarta-feira (5) já contém os ajustes.

“O documento apresentado à imprensa (04/04) de forma embargada com

antecipação, em função da complexidade do assunto, passou por uma última revisão. Em momento algum as alterações comprometeram ou modificaram os pressupostos da Base Nacional Comum Curricular”, disse.

Ainda de acordo com a pasta, a nova versão “preserva e garante como pressupostos o respeito, abertura à pluralidade, a valorização da diversidade de indivíduos e grupos sociais, identidades, contra preconceito de origem, etnia, gênero, convicção religiosa ou de qualquer natureza e a promoção dos direitos humanos”.

“A BNCC estabelece competências a serem alcançadas para todos os alunos, desenvolvidas em todas as áreas e por componentes curriculares que seguem as diretrizes das competências do sec. 21. Essas competências pressupõem que o aprendizado não se restringe mais ao desenvolvimento cognitivo e que os alunos devem aprender a resolver problemas, a trabalhar em equipe com base em propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Tudo isso, sempre, respeitando a diversidade”, finaliza.

A ausência de uma referência mais frequente na nova versão da base curricular à questão de gênero, no entanto, já havia sido informada pela secretária-executiva da pasta, Maria Helena Guimarães, como uma “opção” da pasta, que não quer ser “nem a favor nem contra”.

“Não trabalhamos com questão de gênero. Trabalhamos com respeito à pluralidade, inclusive do ponto de vista de gênero, raça, tudo. Inclusive fomos até procurados por quem defendia ideologia de gênero e outros contra. Mas não queremos nem ser a favor nem contra. Somos a favor da pluralidade, da abertura, da transparência e da lei”, disse na terça-feira. Na época, porém, o texto ainda continha as citações agora retiradas.

*NATÁLIA CANCIAN  
DE BRASÍLIA*